

# subsídio do Estado para aquisição de sistemas solares para aquecimento de águas

24-Mar-2009

Medida Solar Térmico 2009 do Ministério da Economia e Inovação

Créditos para Atribuição do subsídio do Estado

Para aquisição de sistemas solares para aquecimento de águas

## COMENTÁRIO

O Dec. nº Lei 80/2006 de 04 de Abril, cria a obrigatoriedade de utilização de painéis solares, mais propriamente de sistemas de aproveitamento e captação de Energia Solar, para aquecimento de água para consumo doméstico. Nele é dito, pág. 2469, que: «a obrigatoriedade de instalação de painéis solares «abre um amplo mercado para o desenvolvimento da energia solar renovável». (O que deverá ser lido como, desenvolvimento do aproveitamento, uma vez que a E. Solar já existe há alguns anos).». No parágrafo seguinte: «A indústria tem uma nova oportunidade de desenvolvimento na produção de painéis, contadores (?) e outros acessórios».

Um novo sector de serviços tem condições para emergir. Espera-se que este desenvolvimento da indústria de serviços crie nos próximos anos alguns milhares, (o negrito sublinhado é de minha autoria), de novos empregos qualificados.

Entretanto são editadas brochuras publicitárias das boas intenções Governamentais, sob uma multiplicidade de siglas, como é costume, e que ninguém entende, como também é costume, onde se anunciam todas estas medidas já referidas e que poderão conferir pelo extracto que faço do Dec. nº Lei 80/2006.

O INETI «Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, IP, desenvolve ensaios e certificações de uma quantidade substancial de painéis solares que buscam o seu lugar no mercado, cumprindo para isso as exigências legais. Promove cursos para Instaladores de Sistemas Solares Térmicos e para PROJECTISTAS. Curiosamente estes últimos são votados ao abandono e dispensados, no mesmo Dec. nº Lei 80/2006, sendo substituídos pela simples utilização de um

programa de cálculo, curiosamente da autoria do INETI, belíssimo, mas que não funciona em auto-gestão. É preciso saber lidar com ele, e saber muito.

Portanto, canalizadores instruídos para executarem instalações projectadas pelo programa «auto-suficiente» do INETI passaram a ser a única peça fundamental e, imprescindível, para o cumprimento de normas e procedimentos técnicos, emanados de investigadores altamente qualificados.

Curioso que haja tanta preocupação com o trabalho manual, (sem desprimor), nenhuma com o trabalho intelectual e técnico dos Projectistas.

Aqui transcrevo as páginas citadas do Dec. nº Lei 80/2006.

Â

Â

Â E agora surgem os críticos para atribuir o subsídio do Estado.

Â

Â

Começo por confessar a minha estupefacção ao ler as condicionantes a observar, pelas Instituições Bancárias, impostas pelo Ministério da Economia e

Inovação, através de um documento intitulado MEDIDA SOLAR TÁRMICO 2009 “ Críticos para atribuir o subsídio do Estado, acima transcrito,

para a aquisição de Sistemas Solares Térmicos, as quais não posso deixar de comentar, dada a minha condição de pioneiro na utilização e instalação desses

mesmos sistemas, que data de 1980, tendo operado desde Vila do Conde a Abrantes e instalado painéis solares da Falconer; Pujol; BP; AMCOR; Mário

Santos; Proclima e Thermomax.

Porque, pois, meu entendimento, comentar, por discórdia, o seguinte:

1 “ Inconcebível serem as Instituições de Crédito, (eleitas??), a seleccionarem as entidades, (sejam OU mais intermediárias), que garantam o fornecimento,

instalação, etc...

2 “ Os requisitos de certificação dos equipamentos, garantia dos mesmos e da instalação, da portabilidade dos instaladores de um CAP, (que a Lei diz dever

ser reconhecido pela DGE, pormenor que aqui não é referido), encontra “ se mencionado no n.4 do Anexo VI do Dec. “ Lei 80/2006.

3 “ Pelo exposto, ousar ter dúvidas, e por isso perguntar, se as normativas legais referidas, passam agora e também, para atribuir o subsídio de Instituições de

crédito, na probabilidade, que desconheço, de que o INETI a DGGE e a ADENE, incluindo peritos do SCE, (Sistema de Certificação Energética), possam

já ser pertença das “eleitas” Instituições.

4 “ Também é demasiado claro que, as exigências dos consumidores finais, não devem, nem deverão jamais ser delegadas nas Instituições Bancárias,

porquanto se encontram acauteladas por normas e demais legislações, incluindo o seu período de garantia, (um tanto absurdo se comparado, por exemplo,

com o sector automóvel que apenas se obriga a um período de dois anos).

5 “ Os requisitos de garantia do sucesso da instalação, (que se pode, e deve, considerar como as exigências dos consumidores finais) talvez que deveriam

ser cometidos aos projectistas e não à instalação, semelhante ao que se passa com a construção e edificação, Lei 60/2008 de 04 de Setembro...?????

7 “ Os pontos 1,2 e 3, são, com o devido respeito, absolutamente dispensáveis por referirem o já dito em diversa legislações.

8 “ O ponto 4 faz “ me perguntar, estranhando, se não é permitido instalar um sistema Solar Térmico, de 200 l com circulação forçada e não é? e porquê?

9 “ Quanto aos restantes pontos, 6, 7, 8 e 9, só tenho uma dúvida que me sugere, perguntar: - Com tamanhos críticos de grandeza e capacidade, certamente que já,

deduzo, se encontra constituída a empresa MONOPOLISTA das instalações de SST em Portugal? Só pode.

E todos quantos esperamos pelo apoio normativo de salvaguarda da qualidade de equipamentos e procedimentos, (que evitassem outra hecatombe de

descrédito, como a surgida no final da década de 80), para montarmos as nossas empresas?

Assim, Não.

Â

Fernando Manuel de Assunção Gil de Oliveira.

Engenheiro Técnico Licenciado, inscrito na ANET sob o n.º 0963

Técnico Instalador Sistemas Solares Térmicos “ Certificado N.º07/SOL/10428

Â

Â